

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LBGTQIA+

1 Nos dias vinte e oito e vinte e nove de junho de dois mil e vinte e três, foi realizada a 2ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LBGTQIA+, sob a Coordenação da
3 Conselheira Janaina Barbosa de Oliveira (REDE AFRO). Estiveram presentes – Dia 28/06/2023:
4 Conselheiro Agnaldo Knevitz (CFESS); Conselheira Alana Helena Bispo dos Santos (ANTRA);
5 Conselheira Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Conselheira Amanda
6 Souto Baliza (OAB); Conselheira Amélia Tereza Santa Rosa Marauz (LBL); Ana Cláudia Bezerra
7 Macedo (Coordenadora do Programa de Apoio de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos);
8 Conselheiro Anderson Cavichioli (RENOSP-LGBTI); Conselheira Anatalina Lourenço da Silva
9 (Ministério do Trabalho e Emprego); Conselheiro Arthur Cristovão Prado (Advocacia-Geral da
10 União); Conselheira Bel Sá; Bruna Andrade Irineu; Caia Maria Coelho; Cibele Henriques de Castro;
11 Conselheiro Claudio Nascimento (Aliança Nacional LGBTI); Conselheiro Danilo Marasca Bertazzi
12 (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Conselheiro Danyel Iório de Lima
13 (Ministério do Planejamento e Orçamento); Dayana Brunetto, Representante da Secretaria Nacional
14 dos Direitos da Pessoa LBGTQIA+; Conselheira Dê Silva (Coletivo LGBTI+ Sem Terra);
15 Conselheira Deborah Sabará Alves da Silva (ABGLT); Conselheira Denise Santos Soares (ART
16 JOVEM LGBT); Conselheiro Eduardo Varandas Araruna (Ministério Público do Trabalho); Eliana
17 Emetério; Conselheiro Emanuel Adilson Gomes Marques (Defensoria Pública da União); Ernani
18 Pinheiro Chaves; Conselheiro Fabian Algarte da Silva (IBRAT); Conselheira Fernanda Costa de
19 Lima (União Nacional LGBT); Conselheira Girlayne Carvalho Machado (Mães da Resistência);
20 Conselheiro Henrique Pimentel (Ministério do Planejamento e Orçamento); Conselheiro José Carlos
21 Bueno do Prado (CNTE); Conselheiro José Felipe dos Santos (ARTGAY); Conselheira Jovanna
22 Cardoso da Silva (FONATRANS); Conselheira Keila Simpson (Abong); Leo Pinho (Diretor de
23 Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua); Conselheiro Lucas Costa Almeida Dias

24 (Ministério Público Federal); Conselheira Maraísa Bezerra Lessa (Ministério da Educação);
25 Conselheiro Marco Antonio Torres (ANPED); Conselheira Maria Luiza Rodrigues de Aquino
26 (Ministério das Mulheres); Conselheira Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira (Casa Civil da
27 Presidência da República); Conselheiro Nilson Florentino Júnior (Secretaria Nacional de Juventude
28 da Secretaria-Geral da Presidência da República); Renan; Conselheira Renata Magioli Santos
29 (Ministério da Previdência Social); Conselheiro Ronaldo Adriano Fiuza Cardoso (Ministério da
30 Igualdade Racial); Conselheira Rivania Rodrigues da Silva (CANDACES); Conselheira Suely de
31 Oliveira (Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome); Conselheiro Vitor
32 Marcelo Almeida (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Conselheiro Walmir
33 Siqueira (Coletivo LGBT); Conselheira Yone Batista Lidgren (ABL). Estiveram presentes no dia
34 29/06/2023 - Manhã: Conselheiro Agnaldo Knevez (CFESS); Conselheira Alana Helena Bispo dos
35 Santos (ANTRA); Conselheiro Allison da Silva Pereira (Ministério da Cultura); Conselheira Amanda
36 Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Conselheira Amanda Souto Baliza (OAB);
37 Conselheira Amélia Tereza Santa Rosa Marauz (LBL); Conselheira Anatalina Lourenço da Silva
38 (Ministério do Trabalho e Emprego); Conselheira Deborah Sabará Alves da Silva (ABGLT);
39 Conselheira Dê Silva (Coletivo LGBTI+ Sem Terra); Conselheira Denise Santos Soares (ART
40 JOVEM LGBT); Conselheiro Eduardo Gomor dos Santos (Ministério da Justiça e Segurança
41 Pública); Conselheiro Fabian Algarte da Silva (IBRAT); Conselheira Fernanda Costa de Lima (União
42 Nacional LGBT); Conselheira Girlayne Carvalho Machado (Mães da Resistência); Conselheiro
43 Henrique Pimentel (Ministério do Planejamento e Orçamento); Conselheira Janaina Barbosa de
44 Oliveira (REDE AFRO); Conselheiro José Carlos Bueno do Prado (CNTE); Conselheiro José Felipe
45 dos Santos (ARTGAY); Conselheira Maraísa Bezerra Lessa (Ministério da Educação); Conselheiro
46 Marco Antonio Torres (ANPED); Conselheira Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira (Casa Civil da
47 Presidência da República); Conselheira Melyssa Fonseca de Miranda Chaves (Mães da Resistência);
48 Conselheiro Roberto Chateaubriand Domingues (Conselho Federal de Psicologia); Conselheira Suely
49 de Oliveira (Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome); Conselheiro Vitor
50 Marcelo Almeida (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Conselheira Yone
51 Batista Lidgren (ABL). Ausências justificadas: Conselheira Keila Simpson (Abong); Conselheira

52 Jovanna Cardoso da Silva (FONATRANS); Conselheira Rivania Rodrigues da Silva (CANDACES).
53 Estiveram presentes – Dia 29/06/2023 – Tarde: Conselheiro Agnaldo Knevez (CFESS); Conselheira
54 Alana Helena Bispo dos Santos (ANTRA); Conselheiro Allison da Silva Pereira (Ministério da
55 Cultura); Conselheira Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Conselheira
56 Amanda Souto Baliza (OAB); Conselheiro Anderson Cavichioli (RENOSP-LGBTI); Conselheiro
57 Claudio Nascimento (Aliança Nacional LGBTI); Conselheira Deborah Sabará Alves da Silva
58 (ABGLT); Conselheira Danielle Santa Brígida (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania);
59 Conselheira Dê Silva (Coletivo LGBTI+ Sem Terra); Conselheira Denise Santos Soares (ART
60 JOVEM LGBT); Conselheiro Eduardo Varandas Araruna (Ministério Público do Trabalho);
61 Conselheiro Emanuel Adilson Gomes Marques (Defensoria Pública da União); Conselheiro Fabian
62 Algarte da Silva (IBRAT); Conselheira Girlayne Carvalho Machado (Mães da Resistência);
63 Conselheiro Henrique Pimentel (Ministério do Planejamento e Orçamento); Conselheira Hiris de
64 Paulo Martins (Ministério da Igualdade Racial); Conselheira Janaina Barbosa de Oliveira (REDE
65 AFRO); Conselheiro José Carlos Bueno do Prado (CNTE); Conselheiro José Felipe dos Santos
66 (ARTGAY); Conselheira Jovanna Cardoso da Silva (FONATRANS); Conselheira Keila Simpson
67 (Abong); Conselheira Maraísa Bezerra Lessa (Ministério da Educação); Conselheiro Marco Antonio
68 Torres (ANPED); Conselheira Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira (Casa Civil da Presidência da
69 República); Conselheiro Nilson Florentino Júnior (Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-
70 Geral da Presidência da República); Conselheira Rivania Rodrigues da Silva (CANDACES);
71 Conselheira Suely de Oliveira (Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome);
72 Conselheiro Vitor Marcelo Almeida (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos);
73 Conselheira Yone Batista Lidgren (ABL).

74

75 **Abertura da reunião:** A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira iniciou a reunião cumprimentando a
76 todos/as e informou como pauta – Dia 28/06/2023: Reunião do Pleno do CNLGBTQIA+ - 14 às
77 14h10 – Mesa de Abertura com Leitura da Ata da 1ª Reunião Ordinária; 14h11 às 14h31 –
78 Apresentação Do MDS; 14h32 às 15h – Tempo para questionamentos e retorno do MDS; 15h às
79 15h20 – Apresentação do MEC; 15h20 às 16h – Tempo para questionamentos e retorno do MEC;

80 16h30 às 17h – GT Memória e Verdade; 17h às 17:30 – Tempo para questionamentos e retorno do
81 GT Memória e Verdade. Dia 29/06/2023: Câmaras Técnicas – 08h às 10h; Apresentação das Câmaras
82 Técnicas – 10h às 12h; Reunião do Pleno do CNLGBTQIA+ - 14h às 14h30 – Apresentação ALL
83 OUT; 14h30 às 15h – Apresentação do novo Passaporte Itamaraty e MJ; 15h às 15h30 – Tempo para
84 questionamentos e retorno do Itamaraty e MJ; 16h às 16h40 – Apresentação dos Resultados dos
85 Projetos de Formação Profissional, Empregabilidade e Cidadania LGBTI (Aliança Nacional). Logo
86 em seguida, a Sra. Amanda Anderson de Souza se apresentou, declarou que estava sendo elaborada
87 uma portaria para a assinatura do ministro, onde estavam sendo incluídas as questões de raça, cor,
88 gênero, etnia, orientação sexual e identidade de gênero para a quantificação dos beneficiários e
89 benefícios por parte do ministério e do INSS e obtenção de dados estatísticos para a promoção de
90 políticas públicas. Complementou que a portaria foi elaborada e enviada para a mesa do ministro no
91 dia 30 do mês passado e o ministro preferiu assinar no dia 1º de junho, em alusão ao mês do orgulho
92 LGBTQIA+, entrando em exercício no mesmo dia, e, diante do exposto, todo o arcabouço do
93 Ministério da Previdência Social precisa adequar os formulários em até 90 dias. Foi sugerido que,
94 como o Ministério da Previdência Social possui um plano de ação e reformulação dos formulários e
95 das informações, pode ser apresentado o assunto na reunião de agosto para verificar o andamento e
96 os avanços. A Sra. Amanda Anderson de Souza negou a existência de um plano, pois o nome social
97 não era instituído dentro do ministério e que, através da portaria, deverá ser incluído o nome social,
98 a orientação social e outras informações. Cientificou que o ministério poderá trabalhar com esse
99 conselho. Ato contínuo, foi destacado que será informado em breve o dia da apresentação, que
100 provavelmente será virtual. Ato seguinte, o Sr. Ronaldo Adriano Fiuza Cardoso se apresentou, relatou
101 que o Ministério da Igualdade Racial lançou em abril no Ceará a Caravana da Juventude Negra Viva
102 para todos os estados, com o intuito de garantir a participação da juventude negra. Convidou a todos,
103 asseverou que passaram por oito estados e que acontecerá outras 19 etapas. Salientou a ausência da
104 participação da população LGBTQIA+, que está a cargo do município do estado, se comprometeu a
105 encaminhar as datas das próximas etapas e enfatizou a falta de diálogo entre estados e municípios e
106 da juventude rural e negra. Ato seguinte, a Sra. Deborah Sabará Alves da Silva se apresentou,
107 anunciou que nos dias 10, 11 e 12 de agosto, em parceria com a ANTRA, será feito no Espírito Santo

108 o 1º Encontro Nacional de Travestis e Transsexuais Defensoras dos Direitos Humanos e em outubro,
109 em parceria com o Fundo Positivo, será realizado o 1º Seminário de Transfobia Climática na
110 Universidade Federal do Espírito Santo, no formato híbrido. Logo após, o Sr. José Felipe dos Santos
111 cientificou que a ARTGAY realizará nos dias 09 e 10 de junho em São Paulo o 6º Encontro e
112 reafirmou o compromisso e o enfrentamento para a superação do machismo, gayfobia, bifobia e
113 transfobia, misoginia e patriarcado. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva noticiou que em maio, em
114 parceria com esse ministério, o Ministério da Saúde realizou na capital do Espírito Santo o VIII
115 Encontro Nacional de Travestis e Transsexuais Negras e Negros e que participou do Encontro
116 Internacional da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas em Recife. Explanou sobre a Rede,
117 os seus objetivos e a importância para a população transsexual. Declarou que estão elaborando uma
118 petição para o STF sobre a ação direta de inconstitucionalidade referente a campanha da Antra “*STF,*
119 *Libera meu xixi*” e evidenciou a importância da luta antiproibicionista dos transsexuais. Na sequência,
120 foi solicitado ao coordenador do conselho o encaminhamento de cartilha da Petrobrás sobre o dia 28
121 de junho. Com a palavra, a Sra. Anatalina Lourenço da Silva noticiou que, entre os dias 05 e 16 de
122 junho ocorreu a 711ª Plenária Tripartite da OIT, cujo tema foi “*Justiça Global e Trabalho Decente*”
123 e o ministro do Trabalho e Emprego discursou fazendo referência ao mês do orgulho LGBTQIA+ no
124 Brasil, a 17ª Marcha Parada do Orgulho Gay em São Paulo e notificou o posicionamento do país
125 sobre o assunto. Com a palavra, o Sr. Lucas Costa Almeida Dias se apresentou, anunciou que foi
126 expedido um ofício ao conselho sobre uma provocação da ANTRA relacionada ao *Twitter* que mudou
127 a política social, com a finalidade de excluir a proteção do discurso de ódio de pessoas transsexuais.
128 Arrazou sobre a necessidade das associações concordarem com o posicionamento da ANTRA,
129 explicou uma recomendação direcionada ao Ministro Flávio Dino e reforçou a necessidade de
130 interação do Conselho Nacional e da Secretaria Nacional dos direitos LGBT’s com o Ministério da
131 Justiça sobre a inclusão de dados de violência de pessoas LGBT’s. Complementou que no Ministério
132 Público Federal foi lançado um guia atualizado de direitos LGBTQIA+ que trata da publicação
133 integral dos princípios de *Yogyakarta*, e que foi disponibilizado no site da Procuradoria Federal dos
134 Direitos do Cidadão. A Sra. Amélia Tereza Santa Rosa Marauz noticiou que a Liga Brasileira de
135 Lésbicas na Bahia retomará o encontro de formação política, que atualmente está na oitava edição e

136 que ocorrerá em agosto. Explicou que o Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia
137 acontecerá por três dias para abordar a respeito das políticas para mulheres lésbicas e bissexuais no
138 Estado da Bahia. Arrazou sobre projeto EnLesbi, que será desenvolvido em articulação com a
139 Universidade do Estado da Bahia e concluiu informando que em agosto ocorrerão diversas ações.
140 Logo em seguida, foi questionada a data do encontro. A Sra. Amélia Tereza Santa Rosa Marauz
141 respondeu que, a princípio, ocorrerá entre os dias 25,26 e 27 de agosto, mas que estão em processo
142 de negociação. Logo em seguida, a Sra. Keila Simpson saudou a todos, destacou a importância da
143 reunião, anunciou que a Abong está desenvolvendo projetos sobre a Sustentabilidade na Amazônia e
144 Novos Paradigmas, no formato de dois livretos, que está sendo realizado o Ocupa Abong, com a
145 convocação de diversas entidades para debates, que a Abong está monitorando o processo da CPI das
146 ONG's no Congresso Nacional e que estão fazendo o Projeto de Fortalecimento das Organizações
147 não governamentais, com duração de dois anos e financiamento internacional. Ato seguinte, a Sra.
148 Rivania Rodrigues da Silva informou que em Pernambuco será realizado o Seminário Nacional de
149 Lésbicas e Mulheres Bissexuais, previsto para 25, 26 e 27 com a participação de 150 mulheres.
150 Todavia, adicionou que estão sendo realizadas negociações para verificar as datas. Complementou
151 que, de agosto a setembro, pretende-se trabalhar em Pernambuco um evento sobre Lesbianidade e a
152 Religiosidade, mulheres lésbicas e as suas religiões. Depois, foram solicitadas as datas. A Sra. Rivania
153 Rodrigues da Silva esclareceu que não definiram a data do evento, pois estão dependendo da emenda
154 do Senador Humberto Costa de Pernambuco, cujo parecer será fornecido até segunda-feira. Ato
155 contínuo, a Sra. Maria Luiza Rodrigues de Aquino informou que o Ministério das Mulheres conseguiu
156 articular com o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, especificamente a Secretaria
157 Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e a Secretaria Nacional de Enfrentamento a Violência
158 e que entregaram uma cartilha ontem. Complementou que, durante os meses de julho e agosto a
159 cartilha será distribuída nas atividades de lésbicas e convidou os conselheiros para comparecer ao
160 Salão Nobre do Palácio na próxima segunda para a sanção presidencial da Lei de Igualdade Salarial.
161 Externou a sua preocupação quanto ao ganho da proposta no PPA de proibição de banheiros unissex
162 em instituições públicas e universidades, de projetos que envolvem a substituição de gênero por sexo
163 e relatou que está dialogando para excluir a proposta da proibição de banheiros unissex da plataforma.

164 Ato seguinte, a Sra. Bel Sá lembrou que a proposta quanto ao ornamento da Guarda Civil
165 Metropolitana está ganhando, ressaltou a importância do engajamento e da elaboração de propostas
166 e adicionou que estão monitorando. Ato contínuo, foi destacado que a presidência do conselho está
167 acompanhando algumas situações, que foi feita a tratativa de um projeto que estava em pauta sobre
168 alteração de gênero por sexo e que havia no dispositivo legal a menção que uma autodeclaração de
169 gênero prejudicaria a presença de travestis e transsexuais nos presídios. Foi acrescentado que existe
170 um texto no CCJ que não contempla o assunto e que se busca adiar a pauta para outro ano. Em seguida,
171 foi notificado que o Congresso Estadual da CUT em São Paulo acontecerá nos dias 25, 26 e 27 de
172 agosto. Ato seguinte, o Sr. Eduardo Varandas Araruna anunciou que o Ministério Público do Trabalho
173 está preocupado com o acesso ao trabalho de pessoas LGBTQIAP+, que estão à disposição e que
174 estão emitindo uma cartilha para discutir a empregabilidade e outros direitos direcionados a
175 procuradores e pessoas. A Sra. Amanda Souto Baliza esclareceu que a OAB está monitorando os
176 projetos favoráveis e contrários a população LGBTQIA+, que divulgam somente os favoráveis, pois
177 os contrários são bastante replicados nos estados e que a substituição de gênero por sexo está sendo
178 bastante discutida desde 2015, sendo fundamental haver o monitoramento integrado do conselho. Foi
179 salientado que um deputado sugeriu a retirada da palavra gênero do Ministério das Mulheres. Ato
180 seguinte, foi noticiado que o projeto estava inerte na área de segurança, agora está no CCJ e que o
181 projeto é desfavorável as pautas do conselho, sendo essencial convidar outros conselhos. O Sr.
182 Emanuel Adilson Gomes Marques comunicou que foi lançada uma cartilha que foi disponibilizada
183 nos grupos e que será impressa em breve sobre o atendimento das Defensorias Públicas da União.
184 Questionou se o mapeamento das pessoas Transsexuais, que será elaborado pelo Ministério da
185 Previdência Social, incluirá as pessoas que ganharam benefícios judicialmente. Foi respondido que
186 será feito um recadastramento sem o acesso as questões judiciais, porque muitas pessoas transsexuais
187 não têm contribuição. Foi adicionado que ao dialogar com a Associação Nacional das Profissionais
188 do Sexo foi solicitada a inclusão de um tipo de contribuição e um tipo diferenciado de prazo de
189 contribuição para a aposentadoria especial. O Sr. Emanuel Adilson Gomes Marques pontuou que
190 pode verificar se a Defensoria Pública da União possui os dados para auxiliar. Foi concordado. O Sr.
191 Claudio Nascimento registrou a presença de duas representantes do Grupo Arco-Íris do Rio de

192 Janeiro, noticiou que ontem ocorreu um seminário de troca de experiências entre cinco projetos da
193 Aliança Nacional nos estados de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Paraná e Distrito Federal
194 relacionado ao trabalho e emprego, previdência e outros assuntos. Afirmou que a Parada do Orgulho
195 LGBTI Rio está confirmada para o dia 24 de setembro em Copacabana, convidou todas as redes que
196 quiserem organizar um evento nacional no período que auxiliem na mobilização do espaço e na ajuda
197 com voluntariado, pois estão na fase de finalização da programação de eventos. Foi solicitado o envio
198 da ata por *e-mail*. Foi destacado pelo Sr. Claudio Nascimento que na Parada há a possibilidade de
199 receber os conselheiros e as conselheiras nacionais em uma sessão extraordinária no Rio de Janeiro,
200 porém, são necessários recursos. Foi destacado que existem limitações orçamentárias, que as emendas
201 chegarão posteriormente, e que algum ministério de grande porte pode se oferecer para ser algum
202 patrocinador. Foi destacado que as organizações podem auxiliar. A Sra. Amanda Souto Baliza sugeriu
203 a criação de um grupo de trabalho para o monitoramento legislativo, onde seriam discutidos os
204 projetos mais perigosos para fazer uma petição e acionar o STF de forma rápida. Foi sugerida a
205 discussão do assunto posteriormente. Em seguida, todos/as concordaram com a sugestão de envio da
206 ata por *e-mail* para discussão no dia seguinte. Ato seguinte, foi iniciada a apresentação do Ministério
207 do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Com a palavra, a Sra. Suely
208 de Oliveira ponderou que a proposta era que o diretor Sâmio Falcão, responsável pelas comunidades
209 terapêuticas, apresentasse e que devido a um imprevisto, não pode comparecer. Sugeriu a presença
210 do diretor na próxima reunião, enfatizou a importância do assunto, convidou o conselho para o
211 lançamento do Comitê Permanente de gênero, raça e diversidade no âmbito do Ministério do
212 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome no dia 11 de julho às 10:00, no
213 auditório do ministério no subsolo. Explicou sobre a base de informações do Cadastro único, que
214 desconhece a quantidade de mulheres transsexuais que recebem benefícios. Relatou que foi lançado
215 em maio o Grupo de Trabalho Interministerial da Política Nacional de Cuidados e que o grupo tem
216 até 90 dias para fazer um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados, identificando as
217 políticas e serviços existentes. O Sr. Claudio Nascimento parabenizou a criação do Comitê
218 Permanente de Gênero, Raça e Diversidade e discorreu sobre a importância das comunidades
219 terapêuticas e do Cadastro Único. Propôs uma reunião imediata sobre o Minha Casa Minha Vida,

220 pois as pessoas transsexuais têm dificuldades para acessar o programa. Foi concordado. A Sra.
221 Jovanna Cardoso da Silva lembrou ofício enviado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência
222 Social, Família e Combate à Fome (MDS), destacou que não existem critérios para pessoas
223 transsexuais no Cadastro Único, e que diante do exposto, estava previsto um GT para a discussão do
224 assunto com a participação do FONATRANS. O Sr. Lucas Costa Almeida Dias pontuou que foi
225 instaurado um inquérito civil sobre o assunto, que está sendo debatido desde o governo Bolsonaro e
226 que não foram atualizados os campos orientação sexual e identidade de gênero. Destacou a
227 importância do nome social, que não está incluído no Cadastro Único. Adicionou que foi questionado
228 ao MDS e o MDS relatou dificuldade quanto a identificação de nome social e que seria reavaliado no
229 segundo semestre de 2023. Foi sugerido fazer uma reunião com a secretária do CadÚnico. Ato
230 seguinte, o Sr. Emanuel Adilson Gomes Marques explicou que na Defensoria Pública da União,
231 em torno de 70% dos processos estão relacionados ao BPC para as mulheres transsexuais e enfatizou
232 a demora do Cadastro Único na atualização. O Sr. Claudio Nascimento sugeriu uma reunião com a
233 secretária para dialogar sobre os critérios de habilitação. Na sequência, foi solicitado o envio de novo
234 ofício ao MDS com perguntas, copiando a conselheira titular e a suplente, a secretária executiva do
235 ministério, o ministro e outra secretaria ou órgão pertinente para avançar na próxima reunião. A Sra.
236 Maraísa Bezerra Lessa iniciou a apresentação do Ministério da Educação, explicou sobre a SECADI,
237 a questão LGBTQIA+, o Plano Nacional de Educação de Direitos Humanos, diretrizes nacionais de
238 educação e direitos humanos, respeito as diversidades, anunciou que está sendo criado um comitê
239 relacionado a educação, diversidade e direitos humanos, informou que possuem consultoria para
240 discutir o assunto e que estão discutindo a questão LGBTQIA+ no âmbito dos direitos humanos,
241 respeitando a identidade de gênero. Afirmou que não possuem autonomia das escolas, que fazem
242 escuta, recebem projetos de lei, que estão fazendo o Encontro Nacional de Educação de Direitos
243 Humanos de Diversidade e Equidade para ter um panorama e fazer no próximo ano um seminário
244 relacionado e outro sobre questões pontuais. Ressaltou a importância da formação de professores para
245 lidar com a temática, asseverou que possuem parcerias com universidades e se colocou à disposição
246 para dialogar. Ato seguinte, foi questionado qual é a estrutura da SECADI, as coordenações
247 envolvidas, o motivo da ausência de uma coordenação direcionada a pauta LGBT, o plano de atuação

248 do MEC para o Plano Nacional de Educação para combater as *fake News*, discursos de ódio, ideologia
249 de gênero para debater o assunto e em que momento os movimentos sociais serão consultados sobre
250 os projetos que estão sendo desenvolvidos. Depois foi questionado sobre o Plano de Ação de *Bullying*
251 e em qual momento será debatido nesse plano assuntos específicos como: violência de gênero nas
252 escolas, orientação, valorização e cuidado. A Sra. Dê Silva questionou como ocorrerá a atenção e a
253 formação de novos professores, visto que em muitas universidades não existe extensão, pesquisa ou
254 estágio e formam muitos professores. Noticiou que existe um projeto que não agrada a muitos
255 movimentos sociais para não discutir a educação, discorreu sobre grupos empresariais que estão
256 incluídos como o Grupo Lemann. O Sr. Claudio Nascimento externou a sua preocupação quanto ao
257 debate na educação, pois não está sendo claro o que o Ministério da Educação está fazendo quanto a
258 pauta LGBT relativo aos docentes e discentes e corroborou com as perguntas anteriores. O Sr. Marco
259 Antonio Torres ressaltou a importância da educação para as pautas do conselho e indagou como será
260 feita a articulação do Ministério da Educação com o Conselho e quais as formas que se tem refletido,
261 principalmente com relação as normativas pautadas no conselho. Arrazou sobre a semântica das
262 lutas LGBTQIA+ e a ausência da fala do Ministério da Educação, que pode reduzir as lutas.
263 Parabenizou a presença da representante do Ministério da Educação, concordou com as questões
264 colocadas e alegou que o Ministério da Educação deve ter uma sintonia com a semântica do conselho.
265 O Sr. José Carlos Bueno do Prado asseverou que, na visão do CNTE, o MEC é o ministério mais
266 atrasado, que realizou poucas ações que foram mais direcionadas a fundações. Questionou quando o
267 comitê da diversidade será instalado, quanto tempo a SECADI demorará para se reestruturar,
268 argumentou que o ministério que deve ter atitudes concretas, que precisam de respostas e questionou
269 o porquê não tem um conselho LGBTQIA+. Foi destacada a importância da educação relacionada ao
270 LGBTQIA+, de respostas sobre a reestruturação da SECADI e da necessidade de avanço na
271 construção de normativas relacionadas a inclusão de gênero na educação. Foi salientado que muitas
272 pesquisas avançaram e que as universidades devem ser convocadas para discutir o assunto, construir
273 políticas e que o ministro Camilo Sobreira de Santana deve assumir outras posições. O Sr. José Felipe
274 dos Santos concordou com os posicionamentos anteriores e argumentou que o ministério é muito
275 conservador para discutir a orientação sexual e a identidade de gênero. Complementou que foi

276 suprimido dos planos a expressão de orientação sexual e identidade de gênero e ignorado na terceira
277 versão da ABNCC, o que coloca em risco a vida e o acesso da população LGBTQIA+ no ambiente
278 escolar, principalmente as transsexuais. Citou como desafio a produção de estatísticas do MEC com
279 as universidades, visto que o único dado oficial é de 2016 da ABGLT, que notifica que 90% da
280 população LGBTQIA+ sofreu *bullying* e 37% da população escolar LGBTQIA+ foi expulsa, sendo
281 essencial dados estatísticos sobre o ambiente escolar. O Sr. Anderson Cavichioli arrazoou sobre a
282 educação e a segurança pública, pontuou que é essencial uma interlocução da segurança pública com
283 a educação. Propôs o diálogo com a segurança pública em moldes republicanos e democráticos e
284 pensar em uma política de prevenção a violência nas escolas. Discorreu sobre a violência em escolas
285 militarizadas e a necessidade da segurança pública cidadã. A Sra. Amanda Souto Baliza relatou casos
286 de *bullying* relacionados as crianças transsexuais e ressaltou a importância de discutir o assunto. A
287 Sra. Alana Helena Bispo dos Santos explanou sobre a pesquisa de João Paulo Carvalho Dias,
288 presidente da comissão da diversidade sexual da OAB, onde foi informado que 82% das pessoas
289 transsexuais e travestis abandonaram os estudos na educação básica. Dissertou sobre a discriminação
290 na escola, que em muitas situações existem professores que não respeitam o nome civil, que muitas
291 pessoas transsexuais não fazem reclamações na ouvidoria porque consideram que não resolverá.
292 Questionou se o MEC possui um mecanismo direto de comunicação para ouvir os movimentos e se
293 teria como punir de alguma forma as pessoas que cometem esse tipo de crime. O Sr. Walmir Siqueira
294 dissertou sobre o ensino no governo anterior e questionou sobre a revogação da reforma do ensino
295 médio. O Sr. Fabian Algarte da Silva ponderou que é frustrante a falta de avanços no assunto, solicitou
296 o compromisso do MEC para trabalhar com órgãos da sociedade civil e para discutir o processo.
297 Adicionou que deve ser colocada a formação de diversidade nas diretrizes curriculares e que na área
298 da contabilidade foi discutida a inclusão da diversidade nas diretrizes curriculares. A Sra. Girlyne
299 Carvalho Machado destacou sobre o impedimento na educação em Pernambuco, principalmente das
300 crianças transsexuais e a importância da formação docente. A Sra. Dayana Brunetto asseverou que a
301 educação é uma prioridade e que estão tentando fazer uma educação efetiva, que existem dois abismos
302 na educação brasileira, a defasagem curricular e a formação humana. Afirmou que tentam garantir o
303 acesso à educação, mas que não garantem políticas de permanência e de condições equitativas de

304 aprendizagem. Complementou que, quando a pessoa está fora dos padrões, precisa dividir a atenção
305 entre o conteúdo e a violência. Arrazou sobre a evasão e o abandono, políticas de gênero e
306 diversidade sexual, a garantia de uma trajetória escolar segura, formação de profissionais da
307 educação, produção de materiais pedagógicos e diretrizes e formações e finalizou se colocando à
308 disposição. Em seguida, foi destacada a importância da educação, o enfraquecimento de ministérios
309 nos últimos anos e o processo de reconstrução. A Sra. Deborah Sabará Alves da Silva salientou que
310 precisam de uma resposta rápida quanto ao Cadastro Único, Minha Casa e Minha Vida e outros
311 assuntos para fornecer um retorno a população LGBTQIA+. Acrescentou que esperam uma inclusão
312 das pessoas transsexuais nas escolas e discorreu sobre sindicatos que gastam recursos com cartilhas
313 e atuam na causa. Na sequência, foi registrada a presença do diretor de Promoção dos Direitos da
314 População em Situação de Rua Leo Pinho. A Sra. Maraísa Bezerra Lessa respondeu que trabalha nas
315 questões LGBTQIA+, pontuou que seria muito importante uma coordenação direcionada a temática
316 LGBTQIA+, porém, que existem outras temáticas relacionadas a diversidade. Adicionou que a
317 Coordenação-geral de educação de direitos humanos está diretamente ligada ao gabinete da SECADI,
318 o que traz importância a esse debate. Afirmou que o trabalho está sendo feito, que está buscando o
319 diálogo com a sociedade civil, e que o governo precisa fortalecer para dialogar. Ponderou que a
320 formação de profissionais na educação e a sensibilização é importante, que acabar com os discursos
321 de ódio é um desafio, que não acompanhou o seminário sobre *bullying*, que estão fazendo um Comitê
322 de Política Educacional de Direitos Humanos, na qual a população LGBT deve ter um assento e que
323 está sendo pensado em um comitê quanto a diversidade. Concordou com o diálogo com a segurança
324 pública e se comprometeu a encaminhar os questionamentos à SECADI. A Sra. Dê Silva enfatizou a
325 importância da atuação das instituições e da discussão sobre a diversidade, e que os questionamentos
326 devem ultrapassar a SECADI. O Sr. Ronaldo Adriano Fiuza Cardoso sugeriu reuniões com os
327 ministérios para fazer os questionamentos. O Sr. Claudio Nascimento relatou que houve reunião da
328 Câmara Técnica de Articulação das Políticas Públicas e que o Plano de trabalho é se reunir com os
329 ministros para transformar em reuniões técnicas com os setores de cada ministério e verificar o que
330 pode ser produzido, o que começará em julho. Agradeceu a presença e o posicionamento da Sra.
331 Maraísa Bezerra Lessa, asseverou que não se sente satisfeito com as respostas, sendo necessário

332 dialogar com o Ministério da Educação. Solicitou uma reunião com o ministro da educação e suas
333 secretárias para discutir essa pauta. Sentiu falta da discussão de currículo, estratégia para lidar com
334 alunos, para formação e política nacional de educação relacionada a pauta LGBTQIA+. A Sra.
335 Maraísa Bezerra Lessa ponderou que estão sendo ouvidos e que as pautas serão encaminhadas. Foi
336 esclarecido que o MEC tem algumas ações relacionadas a pauta, como a Caravana nas Escolas, que
337 envolve a discussão dos direitos das pessoas LGBTQIA+, que o Ministério dos Direitos Humanos
338 apresentou duas oficinas que estão na caravana, que houve um seminário para tratar a violência nas
339 escolas, que a pauta LGBTQIA+ estava incluída, que foi feita cartilha em relação ao *bullying*, que a
340 pauta LGBTQIA+ foi incluída, que se estão tratando sobre lesbofobia e o lesbo-ódio com o MEC,
341 que haverá uma apresentação em agosto sobre o assunto e que o MEC possui uma consultoria sobre
342 diversidade e um exercício de política do GT. Foi destacado que buscarão agendar a reunião. A Sra.
343 Maraísa Bezerra Lessa agradeceu e afirmou que as demandas serão encaminhadas. Na sequência, foi
344 iniciada a instauração do GT Memória e Verdade. Foi explicado que tratará sobre as violações de
345 direitos humanos contra as pessoas LGBTQIA+ na história brasileira, instituído pela Portaria nº 289,
346 de 16 de maio de 2023, que foi uma das entregas do 17 de maio, junto a posse do conselho. Foram
347 convidados para a mesa o Sr. Renan, a Sra. Bruna Andrade Irineu, a Sra. Caia Maria Coelho, o Sr.
348 Ernani Pinheiro Chaves, a Sra. Jovanna Cardoso da Silva e a Sra. Keila Simpson. Foi justificada a
349 ausência da Sra. Eliana Emetério. Foi informada que haverá a participação da Assessoria de Educação
350 e Cultura em Direitos Humanos, Assessoria Especial de Comunicação Social do ministério,
351 Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, Secretaria Nacional de Promoção
352 e Defesa dos Direitos Humanos e Coordenação de Apoio ao Programa a Proteção de Defensores de
353 Direitos Humanos. Foi complementado que se prevê uma vaga de titularidade e suplência para o
354 conselho. A Sra. Keila Simpson saudou a todos e evidenciou a importância do GT e de representantes
355 do conselho no GT. Foi destacado que o conselho foi instituído antes do conselho e que o que for
356 produzido será divulgado para a sociedade civil. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva ponderou que é
357 necessário o assento do conselho e que trabalharão bastante os casos de transfobia e violações de
358 direito para a população LGBTQIA+, em especial a população travesti. Salientou que o GT não foi
359 academizado. O Sr. Ernani Pinheiro Chaves discorreu sobre a tensão na academia sobre o assunto. A

360 Sra. Caia Maria Coelho explicou que é a primeira vez que participa do GT, relatou caso de suicídio,
361 sobre o GT não ter sido academizado, o seu histórico e agradeceu o convite. A Sra. Bruna Andrade
362 Irineu saudou a todos/as, discorreu sobre a importância do GT, arrazoou sobre o seu histórico, a
363 ausência de registros, a reflexão quanto aos prejuízos a essa população e agradeceu a presença. A Sra.
364 Cibele Henriques de Castro explicou que será discutido a educação nos direitos humanos no GT e
365 agradeceu a presença. A Sra. Ana Cláudia Bezerra Macedo se apresentou e agradeceu a presença. O
366 Sr. Renan enfatizou a importância do GT, que traz como desafio pensar em uma reparação integral,
367 informou que o GT terá a colaboração de especialistas, prazo de seis meses e que será discutido sobre
368 a história desde a colonização relacionado ao gênero. Adicionou que devem ser trabalhadas políticas
369 públicas, cotas sobre pessoas transsexuais, como eixos como a memória, reparação no sentido
370 pecuniário e simbólicas, construção de verdade, justiça e reforma das instituições. Acrescentou que
371 provavelmente serão feitas reuniões virtuais, convidou a todos, declarou que será feito um formulário
372 sobre violações e convidou a todos/as para o lançamento de seu livro às 08:00 sobre a construção de
373 políticas públicas. O Sr. Lucas Costa Almeida Dias parabenizou a instituição do GT, evidenciou a
374 importância do GT, ponderou que o Ministério Público Federal monitorará e apoiará o GT e se
375 disponibiliza para participar. O Sr. Fabian Algarte da Silva parabenizou a instituição do grupo e os
376 membros e sentiu falta de um membro transsexual. A Sra. Alana Helena Bispo dos Santos destacou
377 a importância do GT e concordou que deveria ter um homem transsexual como membro do grupo. O
378 Sr. Marco Antonio Torres saudou a criação do GT, afirmou que a ANPED está à disposição e que
379 pode auxiliar em mapeamentos. A Sra. Rivania Rodrigues da Silva parabenizou a todos/as, a criação
380 do GT, sugeriu à comissão lembrar ativistas que fizeram história nessa memória como Rita
381 Quadros, Cláudio Nascimento, memórias do LGBT no Nordeste e nortistas. Citou Elza Show, a
382 ditadura LGBT, os presos LGBT's e evidenciou a importância da presença dos homens transsexuais.
383 Foi destacado que o Sr. Nilson Florentino Júnior se empenhou durante 20 dias para que acompanhasse
384 a iluminação no Palácio do Planalto. Foi agradecido a SECOM. O Sr. Nilson Florentino Júnior
385 agradeceu, arrazoou que devem ser discutidas as ruralidades no GT e se colocou à disposição. A Sra.
386 Amélia Tereza Santa Rosa Marauz salientou a importância da reconstrução da memória, do GT, que
387 o prazo deve ser ampliado e que deve haver reestruturação. Foi destacada a importância da

388 centralização das memórias. Depois foi citada a lista completa de participantes do GT, foi informado
389 que será revisto quanto a presença de homens transsexuais no GT e que a titularidade e suplência do
390 GT será definida no dia seguinte. Foi ressaltado que sem *quórum*, a reunião não pode ser iniciada.
391 **Encerramento:** Em seguida, a reunião foi encerrada.

392

393 **Abertura – Dia 29/06/2023 – Manhã:** A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira iniciou a reunião
394 cumprimentando a todos/as, agradeceu ao Sr. Tiago Braga e ao Sr. Fábio Meireles que contribuiu
395 para a iluminação no Palácio, parabenizou as câmaras técnicas, comunicou que um dos dispositivos
396 de resolução não foi concluído e que será marcada uma reunião extraordinária para tratar o regimento.
397 O Sr. Marco Antonio Torres iniciou o relato da Comissão de Legislação e Normas e leu sobre a
398 resolução nº 11, de 18 de maio de 2023. A Sra. Amanda Anderson de Souza sugeriu que, no lugar de
399 ADO 26/MI4733, deve ser colocada a resolução do CNJ, então deve ser discutido com o CNJ para
400 elaborar uma resolução e em seguida fazer uma norma técnica específica. A Sra. Amanda Souto
401 Baliza mencionou sobre a tipificação adequada. Foi sugerido suprimir “*nos termos da ADO*
402 *26/MI4733*” e fazer a tipificação dentro dos parâmetros vigentes. A Sra. Amanda Anderson de Souza
403 ponderou que deveria constar a ADO 26 na menção porque é vinculante para a administração pública
404 em geral e sugeriu a permanência, visto que ainda será analisado. Foi questionado se nos trechos
405 referentes aos “*considerandos*” haverá flexão de gênero. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira alegou
406 que a flexão de gênero não é problema. O Sr. Marco Antonio Torres ressaltou que erros ortográficos
407 são itens de menor importância. A Sra. Amanda explicou que a flexão de gênero deve aparecer
408 conforme está descrito na lei. Foi informado que foi colocado estrangeiros e estrangeiras. A Sra.
409 Amanda Anderson de Souza sugeriu considerar pessoas intersexuais no cabeçalho, após o termo
410 “*expressões de gênero*”. O Sr. Fabian Algarte da Silva declarou que a expressão “*intersexos*” existe
411 no CNJ. Iniciada a votação, foi aprovado o destaque colocado pela Sra. Amanda Anderson de Souza.
412 Sobre o considerando da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos aprovaram. No tocante
413 ao considerando do artigo 2º da Declaração Americana dos Direitos Humanos e Deveres do Homem
414 adotada pela Organização dos Estados Americanos de 1948, todos aprovaram. Quanto ao
415 considerando o disposto na resolução da Organização das Nações Unidas, Direitos Humanos,

416 Orientação Sexual e Identidade de Gênero aprovado em 2011, foi aprovado por unanimidade. No
417 tocante ao considerando do artigo 9º da Organização dos Estados Americanos AGRS 2435,
418 considerando o decreto de 4 de junho de 2010 que institui o 17 de maio o Dia Nacional de Combate
419 à Homofobia, a Sra. Amanda Anderson de Souza sugeriu reintitular o decreto de 4 de junho de 2010
420 sobre homofobia e LGBTfobia. A Sra. Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira sugeriu a avaliação do
421 decreto. A Sra. Amanda Anderson de Souza propôs definir a sigla, visto que será um norteador para
422 a próxima conferência nacional. Relembrou que deve ser respeitada a nomenclatura da conferência
423 de 2016 de LGBT e proposta uma nova nomenclatura. Foi esclarecido que pode ser mantida a sigla
424 LGBTQIA+, que o conselho não tem poder para acrescentar ou retirar nada nesta questão e que pode
425 ser discutido na próxima conferência. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira pontuou que não há
426 discussão sobre o que foi definido no decreto, que foi o presidente que sugeriu a inclusão de outras
427 letras. Depois foi sugerido colocar o LGBTI+ para a próxima conferência, pois existem casos que não
428 fornecem orientação sexual e que pode ser encaminhado à câmara técnica para discussão. O Sr.
429 Fabian Algarte da Silva propôs o envio da discussão da sigla para a câmara técnica. O Sr. Walmir
430 Siqueira concordou. Em seguida, foi continuada a leitura. A Sra. Amanda relembrou o decreto nº
431 8.727 de 2016, e sugeriu a retirada de decreto anterior. Foi alterado. A Sra. Amanda propôs alterar
432 no texto para “*apontam cerca de 27 violações*” e retirar a parte decimal. Todos concordaram. Sobre
433 o Anuário de Segurança Pública, o Sr. Anderson Cavichioli sugeriu citar o autor do anuário. Todos
434 concordaram. Foi sugerido alterar a sigla para LGBT, referente ao programa de Direitos humanos,
435 que trata sobre a garantia do respeito a livre orientação sexual e igualdade de gênero e conferência.
436 Sobre os princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos, em especial o
437 princípio 5, atualizado em 2017, o Sr. Anderson Cavichioli questionou se foi atualizado em 2017. A
438 Sra. Amanda confirmou e acrescentou que a tradução é mais recente. O Sr. Anderson Cavichioli
439 questionou se está incluída a Constituição e foi confirmado. A Sra. Amanda Souto Baliza sugeriu
440 permanecer o trecho no texto “*nos estados*” e suprimir o número 26. Todos concordaram. Foi sugerido
441 incluir o trecho “*em todas as unidades da federação*”. Todos concordaram. O Sr. Anderson Cavichioli
442 ponderou que intersexo deve estar no plural. A Sra. Amanda Souto Baliza explicou que no CNJ está
443 no singular, que não são todas as definições que estão de acordo com o documento de Jacarta. Foi

444 sugerido incluir um parágrafo explicando que está seguindo as normas brasileiras. Depois foi
445 proposto alterar o parágrafo 1º para “*e legislações vigentes do estado brasileiro*”. Todos
446 concordaram. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira manifestou preocupação quanto as expressões de
447 gênero. O Sr. Walmir Siqueira sugeriu incluir a origem da legislação vigente. A Sra. Amanda
448 Anderson de Souza explicou que ao colocar “*legislações vigentes*”, que será publicado no diário
449 oficial da União do Brasil, subtende-se que são brasileiras. A Sra. Amanda Souto Baliza sugeriu trocar
450 por normativas vigentes. O Sr. Anderson Cavichioli sugeriu no artigo 1º inserir a intersexualidade.
451 Todos concordaram. A Sra. Amanda Anderson de Souza propôs que deve ser revista a sigla, pois
452 possivelmente deve ser explicado os termos que constam na sigla. A Sra. Amanda Souto Baliza
453 ponderou que foi concordado na Câmara Técnica que seria discutido o assunto no Pleno. A Sra.
454 Rivania Rodrigues da Silva defendeu a manutenção e declarou que deve ser discutido na conferência.
455 Foi lembrado que pode ser encaminhado à Câmara de Revisão Jurídica para verificar a sigla. A Sra.
456 Amanda destacou a importância de explicar a sigla e sugeriu devolver a Câmara Técnica. A Sra.
457 Janaina Barbosa de Oliveira ressaltou que desde 2016 houve diversas mudanças e que existem
458 movimentos que trazem discussões. Pontuou que existem diversos documentos que utilizam a sigla
459 LGBTQIA+, que a sigla é o menor dos problemas, sendo essencial concluir a norma. A Sra. Mariana
460 Siqueira de Carvalho concordou, salientou a importância do documento e pontuou que devem ser
461 observadas quais siglas são necessárias para registro de boletins de ocorrência. A Sra. Amanda
462 reforçou a necessidade de inserir a explicação de todas as siglas, que o boletim deve ter todos os tipos
463 de gênero. O Sr. Anderson Cavichioli sugeriu uma contextualização, que deve ser pensado na
464 finalidade do documento, acrescentou que o documento é relacionado a segurança e que
465 provavelmente não interferirá na previdência e em outros documentos do ministério. Relatou caso
466 relacionado a segurança pública. A Sra. Amanda argumentou que, em caso de ocorrência da prisão
467 de uma pessoa que precise da previdência, a resolução pode ser utilizada. Foi sugerido pela Sra.
468 Amanda Souto Baliza fazer uma resolução incluindo todas as explicações e reeditar. Foi concordado.
469 Foi sugerido que ao abordar sobre motivação LGBTfóbica, cite que a vítima seja LGBTQIA+. A Sra.
470 Amanda Souto Baliza ponderou que foi discutido, citou o Anuário de Segurança Pública que tem a
471 separação por motivação, que deve ter os campos de orientação e de motivação. Foi concordado. A

472 Sra. Amanda Souto Baliza sugeriu como trecho “*os sistemas deverão contar ainda*”. Foi concordado.
473 A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira externou a sua preocupação com casos de LGBTfobia sem a
474 vítima ser LGBT. O Sr. Anderson Cavichioli sugeriu colocar a intersexualidade no artigo 4º. O Sr.
475 Eduardo Gomor dos Santos parabenizou a resolução e salientou a importância da formação para a
476 força policial para que sejam obrigadas a utilizar a resolução. O Sr. Anderson Cavichioli ressaltou a
477 importância de fazer a capacitação e declarou que a RENOSP capacita. Iniciada a votação sobre a
478 resolução nº 11, foi aprovada por unanimidade. Depois foi apresentada a resolução nº 12. A Sra.
479 Maraísa Bezerra Lessa questionou qual é a força de lei do documento, pois teria que ser discutido
480 com órgãos relacionados a educação, se absteve quanto ao documento e acrescentou que tem uma
481 dúvida quanto ao parágrafo único. A Sra. Danielle Santa Brígida esclareceu que o Conselho Nacional
482 é deliberativo e consultivo sobre política pública e orienta os procedimentos. Acrescentou que segue
483 a hierarquia padrão, que é orientadora e foi considerada positiva pela sociedade. O Sr. José Carlos
484 Bueno do Prado informou que foi citada a lei de diretrizes da base educacional e a resolução do
485 Conselho Nacional de Educação. Logo em seguida, foi lido o parágrafo único. A Sra. Maraísa Bezerra
486 Lessa pontuou que na resolução do CNE informa que para ter nome social, precisa ser maior de 18
487 anos e se for menor de idade, precisa ter a autorização dos pais. Complementou que no parágrafo
488 entende-se que não precisa de autorização dos pais, sugeriu à Secretaria Nacional LGBTQIA+ e o
489 Ministério da Educação fazerem uma portaria conjunta. O Sr. Henrique Pimentel alegou que deve ter
490 um aval do CNE sobre educação, que os estados e municípios tem autonomia quanto ao uso do nome
491 social e sugeriu colocar uma orientação, com a discussão com o Ministério da Educação com a
492 presença do CONSEDE e da UMDIME. A Sra. Dê Silva concordou, asseverou que é necessário se
493 debruçar com mais propriedade e garantir o acesso integral a todos/as. A Sra. Amanda Anderson de
494 Souza evidenciou que essa norma fere o ECA. A Sra. Amanda Souto Baliza esclareceu que foi
495 discutido que nos casos em que há um conflito entre os interesses da criança e do responsável, o
496 Ministério Público pode intervir para buscar a solução. Adicionou que o provimento nº 73 do CNJ
497 está sendo revisto para retificar o registro a partir de 16 anos, mas que isso pode ser posto após a
498 análise do CNJ. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira ponderou que se os instrumentos da educação
499 não tiveram coragem para fazer o que é preciso para assegurar a dignidade da pessoa humana e a

500 permanência dessas crianças na escola, o conselho nacional está tentando, mas que não pode
501 ultrapassar os limites da lei e que a sociedade civil reconhece o sofrimento. Solicitou que a vice-
502 presidenta coordene a mesa. A Sra. Maraísa Bezerra Lessa agradeceu e se colocou à disposição. O
503 Sr. José Felipe dos Santos defendeu a manutenção do parágrafo único a partir do artigo nº 58 do ECA.
504 O Sr. José Carlos Bueno do Prado manifestou preocupação com a retirada do parágrafo todo, pois
505 pode provocar o debate. Foi destacado que não seria um momento de deliberação. A Sra. Amanda
506 Anderson de Souza relembrou que no TRE pode colocar o nome social e que no parágrafo pode ter
507 uma fala reacionária. A Sra. Amanda Souto Baliza adicionou que explicou apenas a resolução do CNJ
508 e discordou do artigo 6º. A Sra. Deborah Sabará Alves da Silva enfatizou que a maior demanda é a
509 inclusão de nome social nas escolas. Concordou com a manutenção e pontuou que podem ser criadas
510 estratégias. Foi destacada como sugestão a manutenção ou permanência do parágrafo. O Sr. Allison
511 da Silva Pereira sugeriu reescrever o texto. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira declarou que existem
512 limitações legais quanto a criança e ao adolescente e sugeriu marcar uma reunião com o CONANDA
513 para elaborar uma resolução conjunta e convidar o CNJ. O Sr. Allison da Silva Pereira retirou o
514 encaminhamento. Foi relatado que foi enviado no grupo a resolução do CNE de 2012, discorrido que
515 houve movimentações para derrubar, que, ao colocar algum elemento a mais, pode reforçar a
516 derrubada e que pode ser debatido com o MEC, o Conselho Nacional da Educação e o CNJ. Foi
517 sugerido a supressão e retomar o assunto posteriormente. O Sr. José Carlos Bueno do Prado asseverou
518 que pode ser verificada a situação atual. O Sr. José Felipe dos Santos defendeu a manutenção do
519 parágrafo único. A Sra. Denise Santos Soares discordou da manutenção do parágrafo por inteiro e
520 sugeriu uma nova redação. A Sra. Amanda Souto Baliza propôs retirar do texto o trecho “*sem*
521 *autorização*” e alegou que o parágrafo não pode ser mantido da forma que está por questão legal. Foi
522 informado que o parágrafo único será reformulado. Na sequência, foi lido o artigo nº 4 da resolução
523 do Conselho da Educação. O Sr. Walmir Siqueira argumentou que não faz sentido manter o parágrafo
524 único se não for inserido quanto a responsabilidade dos pais. Foi sugerido como texto: “*São vedadas*
525 *expressões e/ou condutas pejorativas e discriminatórias contra pessoas travestis e transsexuais no*
526 *ambiente educacional, inclusive qualquer forma de desrespeito a identidade de gênero*”. Diante do
527 exposto, foi proposta a permanência ou supressão. Iniciada a votação sobre o parágrafo único, foram

528 obtidos 16 votos favoráveis a supressão, 4 abstenções e 1 contrário. Em seguida, a reunião foi
529 encerrada. **Abertura da reunião – Tarde:** A reunião foi iniciada, foi esclarecido que haverá a
530 apresentação da *ALL OUT*, do passaporte e do edital do SERPRO. Foi informado que alguns
531 conselheiros foram convidados na reunião passada e que por isso, os votos dos convidados foram
532 retirados, o que não foi interferiu no resultado. Sobre a participação dos suplentes, foi explicado que
533 os suplentes assumem a titularidade na ausência dos titulares. Ato seguinte, a Sra. Ana Andrade
534 discorreu sobre a *ALL OUT*, eixos temáticos trabalhados no Brasil, campanhas realizadas, abaixo-
535 assinado e casas de acolhimento. Solicitou o apoio os conselheiros e informou sobre formulário para
536 inscrição no site da *ALL OUT*. Agradeceu o convite e destacou a importância das casas de
537 acolhimento. A Sra. Keila Simpson enfatizou a importância da *ALL OUT*, explicou que buscam
538 acompanhar e divulgar as campanhas, explanou sobre a Casa Aurora e argumentou que a prefeitura
539 deve se responsabilizar pelas casas de acolhimento. A Sra. Ana Andrade explicou sobre a Casa Aurora
540 e complementou que ela que não existe mais por falta de financiamento. A Sra. Alana Helena Bispo
541 dos Santos agradeceu o trabalho da *ALL OUT*, ressaltou a importância das casas de acolhimento,
542 acrescentou que deve ser transformada em política de estado e questionou se possuem algum critério
543 e forma de fiscalizar as casas para verificar se funcionam. A Sra. Ana Andrade respondeu que é difícil
544 fazer incidência política direta, pois a organização é menor do que aparenta, que fazem uma lista de
545 verificação quando são utilizados recursos e contatam pessoas que trabalham na casa. Afirmou que
546 não existe a Instituição +Liberdade, especializada em acolher pessoas LGBT egressas do sistema
547 prisional por falta de espaço em condições de uso. Esclareceu que a capacidade é limitada e que não
548 tem condições de fazer um mapeamento. O Sr. Claudio Nascimento justificou a sua ausência no
549 período matutino e se colocou a disposição para difundir a campanha. A Sra. Ana Andrade agradeceu.
550 Ato seguinte, a Sra. Janaina Barbosa de Oliveira solicitou a apresentação do relato da Câmara Técnica
551 de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência. A Sra. Dê Silva iniciou o relato, declarou que
552 traçaram um plano de trabalho, de debate sobre as violências, principalmente no interior, fizeram um
553 levantamento de resoluções relacionadas para realizar um estudo e que se reunirão nos dias 26 e 27
554 de julho no período vespertino para tratar da norma técnica nº 9 de 2020 do DEPEN, a última
555 resolução do CNCD, cartilhas e modelo de autodeclaração do sistema prisional que está funcionando

556 no Espírito Santo. Adicionou que trabalharão pelo *Google Drive*, que foi apontado a necessidade de
557 diálogo entre as câmaras técnicas, que farão um estudo aprofundado sobre o uso dos banheiros, das
558 NR's 18 e 24, que criaram um subgrupo e convidaram o MEC e outros órgãos do governo para
559 participar do subgrupo. Complementou que será pensado em um desenho para o Relatório Anual do
560 Quadro das Múltiplas Violências e que partirão do documento da transição e do documento da
561 ANTRA. Notificou que a reunião acontecerá no dia 14 de julho às 14:00 de forma virtual, que será
562 dialogado com o Ministério de Justiça e Segurança Pública, discutido sobre as delegacias
563 especializadas nos estados e delegacias humanizadas. A Sra. Alana Helena Bispo dos Santos ressaltou
564 a importância da participação da ANTRA na Câmara, sugeriu pensar na violência que os pais das
565 pessoas transsexuais sofrem e informou que foi definido que haverá reunião em outras datas e que
566 precisam dialogar com as outras câmaras. Depois, foi ressaltado que deve ser pensado em outras
567 populações nas outras câmaras técnicas também. Ato contínuo, o Sr. Eduardo Varandas Araruna
568 anunciou que foi informado que haverá 2% de cotas para pessoas transsexuais para o concurso de
569 auditor fiscal do trabalho, sendo importante definir critérios de identificação. Ato seguinte, o Sr.
570 Fabian Algarte da Silva iniciou a apresentação da Câmara Técnica de Articulação. Relatou que foi
571 sugerido a conferência nacional para o dia 17 de maio de 2025, garantindo as etapas municipais e
572 estaduais em 2024 e conciliando com o término do primeiro biênio desse conselho. Adicionou que
573 foi recomendado que os estados e municípios sejam comunicados e que seja enviado o
574 encaminhamento da data da conferência para o ministro após a redefinição do calendário. Iniciada a
575 votação, todos aprovaram a data da conferência nacional. Ato seguinte, relatou sobre a apresentação
576 de Plano Nacional de Empregabilidade, e Empregabilidade, Trabalho e Renda, em que buscam ver
577 as demandas da população LGBTQIA+. Declarou que criaram uma subcâmara para o assunto, onde
578 estão incluídos o Sr. Cláudio, a Sra. Rivana, o Sr. Fabian, a Sra. Keila e a Sra. Amélia pela sociedade
579 civil e que pelo governo foram incluídos como representantes: a previdência, gestão, trabalho e
580 emprego, juventude, MDS, MDH, saúde, educação, indústria, mulheres, igualdade racial e
581 planejamento. Concluiu convidando outros representantes do governo. O Sr. Eduardo Varandas
582 Araruna arrazoou que o MPT possui um programa de empregabilidade direcionado ao público
583 LGBTQIA+ e que possui interesse em participar. O Sr. Fabian Algarte da Silva concordou, informou

584 que o calendário será definido e que as reuniões serão virtuais. A Sra. Alana Helena Bispo dos Santos
585 salientou a importância de inserir as pessoas transsexuais e travestis. O Sr. Fabian Algarte da Silva
586 concordou. A Sra. Deborah Sabará Alves da Silva explicou que foi desenvolvido um projeto com a
587 OIT, uma emenda parlamentar com o deputado federal do PT Helder Salomão, em que foi comprado
588 cursos do SENAC. Adicionou que deve ser pensado em políticas de empregabilidade e no sistema
589 prisional. O Sr. Allison da Silva Pereira solicitou a participação no GT. O Sr. Claudio Nascimento
590 noticiou que haverá três ou quatro reuniões por mês, sendo importante a dedicação. O Sr. Fabian
591 Algarte da Silva relatou que foi discutido na Câmara a necessidade da Câmara Técnica de Normas e
592 Legislação de discutir a sigla e de debater o assunto na conferência. O Sr. José Carlos Bueno do Prado
593 argumentou que a última conferência praticamente não foi utilizada e que na sua opinião não deve
594 ser mantida a sigla anterior e o do decreto. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira concordou e pontuou
595 que deve ser debatido na conferência. A Sra. Danielle Santa Brígida notificou que o governo decidiu
596 estabelecer a sigla LGBTQIA+ e que deve ser dialogado com a sociedade. A Sra. Keila Simpson
597 concordou e sugeriu a retirada do ponto de pauta. Foi concordado. Ato contínuo, o Sr. Fabian Algarte
598 da Silva discorreu sobre o PL da criação do conselho, em que foi sugerido o envio para a Câmara
599 Técnica de Normas para depois enviar a Câmara de Articulação. Relatou que fizeram o calendário de
600 atividades e o Plano de trabalho, que haverá reuniões quinzenais virtuais pela Plataforma *Teams*,
601 reuniões com ministros com início para agosto de 2023 e que será enviada a ata. Foi solicitado o
602 encaminhamento de ofício para o ministro Silvio Almeida para o pedido de chamada para a
603 conferência LGBTQIA+. Em seguida, foi questionado sobre as cotas para concurso. Foi confirmado
604 que haverá. Ato seguinte, o Sr. Vinícius Machado iniciou a apresentação da emissão do passaporte.
605 Apresentou sobre a Secretaria de Segurança Pública, emissão dos passaportes, sexo, estrutura do
606 passaporte, convenções internacionais para a emissão do passaporte, problemas identificados,
607 alternativa para ter acesso ao passaporte, formulário de emissão do passaporte e inclusão do item
608 “*outro*”. Cientificou que a alteração não pode ser feita no passaporte por causa de convenções
609 internacionais, mas que pode ser feito no formulário. A Sra. Alana Helena Bispo dos Santos
610 questionou se pode ser incorporado o gênero em substituição ao termo sexo. O Sr. Vinícius Machado
611 respondeu que não pode ser alterado no passaporte, mas que será encaminhado à Polícia Federal para

612 discussão. A Sra. Keila Simpson alegou que seria uma alternativa a exclusão do sexo, como será
613 definido no RG e que poderia ter o *QR Code* com todas as informações. A Sra. Janaina Barbosa de
614 Oliveira questionou se teria um “x” quanto ao sexo. O Sr. Vinícius Machado respondeu que isso
615 estaria no sistema. Esclareceu que, ao não seguir as convenções internacionais, o passaporte pode
616 falhar no sistema. Acrescentou que a discussão sobre o sexo é válida e que pode discutir para avançar
617 no campo. A Sra. Dê Silva parabenizou a iniciativa, salientou a dificuldade para a emissão de
618 passaporte e que a população LGBTQIA+ deseja ser respeitada. Foi questionado o que seria a letra
619 “x”. O Sr. Vinícius Machado respondeu que o “x” é emitido no passaporte. O Sr. Emanuel Adilson
620 Gomes Marques destacou a dificuldade das pessoas transsexuais migrantes e refugiadas, a dificuldade
621 de retificar o RNM para pessoas transsexuais e entendeu sobre a situação do passaporte. O Sr.
622 Eduardo Varandas Araruna arrazou que é necessário eliminar os preconceitos contra pessoas
623 LGBTQIA+ nas instituições brasileiras. O Sr. Vinícius Machado declarou que os encaminhamentos
624 serão enviados à Polícia Federal, colocou a Secretaria de Justiça à disposição e indagou se há uma
625 dúvida quanto a inclusão do termo “*outros*”, pois pretendem incluir na segunda quinzena de julho. A
626 Sra. Janaina Barbosa de Oliveira questionou se pode deliberar depois para pensar em outras
627 deliberações e alinhar em uma reunião virtual. O Sr. Vinícius Machado concordou. A Sra. Mariana
628 Siqueira de Carvalho questionou se a expressão “*outros*” foi baseada no uso por outros países. O Sr.
629 Vinícius Machado respondeu que a questão foi demandada pela secretaria e que pode ser verificado
630 o que é aplicado em outros países. Ato contínuo, a Sra. Regina Faria, gerente de investimento social
631 do SERPRO iniciou a apresentação sobre a tecnologia para pessoas transsexuais e travestis. Citou o
632 site www.serpro.gov.br/projetos-sociais, relatou que o projeto é denominado Agora 3D, informou
633 quem pode participar, o valor do edital, que inscrições que serão abertas no dia 03 de julho e fecharão
634 no dia 15 de agosto, discorreu sobre as etapas do edital, explicou que haverá espaço para perguntas,
635 *lives* e pontuação maior para as Regiões Norte e Nordeste. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira
636 agradeceu e questionou se tem uma linha de projeto específica. A Sra. Regina Faria respondeu que o
637 edital permite a participação de ONG’s ou organizações da sociedade civil que estão abertas há mais
638 de dois anos e que pode ser simples e local ou nacional. A Sra. Deborah Sabará Alves da Silva
639 parabenizou a iniciativa, argumentou que deve ser pensado em instituições coordenadas ou dirigidas

640 por pessoas trans. O Sr. Fabian Algarte da Silva concordou. Com a palavra, a Sra. Keila Simpson
641 pontuou que muitas organizações têm muitas dificuldades e questionou se há a possibilidade de ter
642 um consórcio, onde uma apresenta e as outras recebem as informações. A Sra. Jovanna Cardoso da
643 Silva questionou se o processo será na plataforma do governo, pois muitas instituições não possuem
644 condições de pagar. Salientou que os transsexuais devem ser protagonistas e que em diversos projetos
645 foram priorizadas as pessoas transsexuais. A Sra. Regina Faria respondeu que existem limitações
646 legais, o que inviabiliza uma organização menos articulada e essa organização pode se associar a
647 outra, que será contabilizado as pessoas transsexuais e travestis e que em 25 de novembro será
648 publicado um edital para mulheres negras, indígenas e em situação de vulnerabilidade. Na sequência,
649 citou como e-mail: projetosocial@serpro.gov.br. Finalizou informando que o projeto começará em
650 novembro. Ato seguinte, a Sra. Janaina Barbosa de Oliveira agradeceu, relatou diálogo com o Sr.
651 Vagner Freitas sobre a inserção do debate no campo da educação das escolas do Sesi sobre inclusão
652 e diversidade. Explicou que a proposta que pode passar por cada conselho, pois cada Sesi tem
653 autonomia ou pode ser realizada uma consulta em cinco estados, um sendo o Espírito Santo, para
654 verificar o interesse de implementação e que o Conselho, junto com a Coordenação de Promoção
655 trabalhariam na formação de grade curricular. Sobre a carteirinha, relatou que será verificado quanto
656 a possibilidade de alterações e que o presidente está à disposição. Ato contínuo, foi iniciado o relato
657 da Comissão de Legislação e Normas. O Sr. Marco Antonio Torres iniciou a leitura da resolução nº
658 12. A Sra. Amanda Souto Baliza questionou se o nome do conselho na época era o mesmo no parecer
659 de 2015. Diante do exposto, foi corrigido para CNCDLGBT. Depois foi ressaltado que a sigla deve
660 ser alterada para LGBTQIA+ no decreto. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva alegou que está confuso
661 o item referente a discriminação aos estudantes LGBTQIA+ com suas identidades de gênero. Foi
662 concordado e sugerido ajustar para “*as estudantes e os estudantes travestis e transsexuais*”. A Sra.
663 Jovanna Cardoso da Silva concordou. Sobre o artigo nº 1, a Sra. Maraísa Bezerra Lessa asseverou
664 que pode trazer ambiguidade posteriormente. Foi adicionado que, como não tem faixa etária no texto,
665 os adolescentes podem ser inseridos. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira lembrou que existem
666 estudantes maiores de idade. Foi sugerido colocar “*conforme a resolução nº 01 do Conselho Nacional*
667 *da Educação*”. Todos concordaram. Sobre a chamada legal, a Sra. Maraísa Bezerra Lessa sugeriu

668 colocar a resolução do CNE. Diante do exposto, foi destacado que como o item está no documento
669 não é necessário inserir. O Sr. Fabian Algarte da Silva declarou que é uma prática dos
670 estabelecimentos públicos e privados que a chamada possa ter somente o nome social e que a Sra.
671 Amanda Souto Baliza pode conferir a questão. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira questionou o que
672 seria ambiguidade. A Sra. Amanda Souto Baliza notificou que a ideia é evitar constrangimentos na
673 chamada e que o nome social deve ser respeitado. A Sra. Maraísa Bezerra Lessa pontuou que existem
674 adolescentes que não possuem a permissão dos pais para ter o nome social e que buscam esse direito,
675 asseverou que a demanda é importante, que deve depender do consentimento dos pais e seguir
676 orientações do ministério. A Sra. Denise Santos Soares argumentou que não é necessário inserir, pois
677 no texto está escrito “*considerando o CNE*”. A Sra. Amanda Souto Baliza esclareceu que as pessoas
678 que desrespeitam a identidade de gênero estão cometendo um crime. A Sra. Maraísa Bezerra Lessa
679 se absteve e preferiu colocar em votação a inclusão do trecho no artigo 2. Iniciada a votação sobre a
680 inclusão do texto no artigo nº 2, “*conforme a resolução nº 01 de janeiro de 2018 do CNE*”, o assunto
681 foi vencido. Foram aprovados os artigos 3º e 4º. Em seguida, a Sra. Janaina Barbosa de Oliveira leu
682 o destaque no artigo nº 5, onde foi destacado o trecho “*a critério da(o) interessada(o)*”. A Sra.
683 Amanda Souto Baliza discordou do termo, pois a pessoa transsexual pode solicitar para ir ao banheiro
684 porque não se identifica como cisgênero e alegou que pode surgir a possibilidade da assinatura do
685 termo de responsabilidade, o que pode causar constrangimento. O Sr. José Carlos Bueno do Prado
686 notificou que foi pensado nos transsexuais masculinos. A Sra. Mariana Siqueira de Carvalho salientou
687 a importância da discussão do assunto no Pleno. O Sr. Eduardo Varandas Araruna destacou que não
688 houve divergências, mas dúvidas sobre a situação dos não-binários. O Sr. Fabian Algarte da Silva
689 ponderou que o problema é a violência, concordou com a preocupação e argumentou que deve ser
690 discutido quanto a segurança dos transsexuais. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva enfatizou que deve
691 haver cautela para discutir o assunto, pois o novo pode destruir a luta. Iniciada a votação pela retirada
692 do trecho “*a critério da(o) interessada(o)*” no artigo 5º, foi aprovado por unanimidade. Quanto ao
693 artigo 6º, o Sr. Anderson Cavichioli sugeriu a inclusão dos cortes de cabelo. Foi concordado. A Sra.
694 Amanda Souto Baliza declarou que a resolução nº 348 do CNJ sobre o sistema prisional aborda sobre
695 o assunto, podendo ser inserido e adaptado. Foi inserido o trecho. Ato contínuo, foi sugerido colocar

696 somente “*cortes de cabelo*”. A Sra. Amanda sugeriu abrir um parágrafo sobre a questão da liberdade
697 de expressão de gênero. O Sr. José Felipe dos Santos propôs a inclusão sobre religiosidade. O Sr.
698 Anderson Cavichioli sugeriu colocar algo mais genérico, como “*cortes de cabelo de acordo com a*
699 *expressão de gênero*”. A Sra. Denise Santos Soares externou a sua preocupação quanto as escolas
700 militarizadas precisam ter uma padronização. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira argumentou que
701 deve se atentar a proposta do texto, pois ao colocar religiões no plural, a resolução deve atender a
702 todas. Concordou que as escolas militares possuem padronização, arrazoou que estão abordando a
703 padronização e acrescentou que a religiosidade um assunto do MEC. Ato seguinte, o Sr. José Carlos
704 Bueno do Prado arrazoou sobre a padronização das escolas militarizadas, alegou que é um problema
705 sério e que essas escolas não podem ser ampliadas nesse governo. A Sra. Amélia Tereza Santa Rosa
706 Marauz ressaltou que deve ser garantida a laicidade. Depois foi criada a versão a e a versão b. Iniciada
707 a votação sobre o artigo 7, versão b, com o acréscimo da resolução, a versão b foi aprovada por
708 unanimidade. Depois, o artigo 8º foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi comunicado que
709 no artigo 9º será incluída a data de hoje. O Sr. José Carlos Bueno do Prado parabenizou o trabalho.
710 A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira comunicou que será reagenda para a próxima reunião a
711 apresentação do projeto pelo Sr. Cláudio Nascimento. A Sra. Amélia Tereza Santa Rosa Marauz
712 discorreu sobre ameaça de morte e sugeriu a moção de apoio a vereadora Carla Ayres. A Sra. Janaina
713 Barbosa de Oliveira propôs que a Sra. Amélia Tereza Santa Rosa Marauz inserisse a sugestão no
714 grupo e em caso de aprovação, a moção pode ser publicada amanhã. A Sra. Amélia Tereza Santa
715 Rosa Marauz concordou. A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira agradeceu a Secretaria LGBTQIA+ do
716 Estado do Ceará sobre as agendas do dia 28 de junho e sugeriu a última agenda do conselho ocorrer
717 no Ceará. **Encerramento:** A Sra. Janaina Barbosa de Oliveira agradeceu a presença de todos/as e
718 declarou encerrada a reunião.